



CARTILHA DE BOAS PRÁTICAS

Empresas



CARTILHA DE BOAS PRÁTICAS

Empresas

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Candice Lavocat Galvão Jobim

Tânia Regina Silva Reckziegel

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Ivana Farina Navarrete Pena

André Luis Guimarães Godinho

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral

Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

Richard Pae Kim

Diretor-Geral

Johaness Eck

EXPEDIENTE

SECRETARIA ESPECIAL DE PROGRAMAS,
PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA

Juizes Auxiliares

Carl Olav Smith

Livia Cristina Marques Peres

Dayse Starling Motta

Equipe Técnica

Alessandra Cristina de Jesus Teixeira

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Diretora

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Equipe Técnica

Cristina de Oliveira Winckler

Thaislana Marina Lima dos Santos

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário de Comunicação Social

Rodrigo Farhat

Editor

Márcio Gonçalves

Diagramação

Eduardo Araújo

Revisão

Carmem Menezes

2020. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

www.cnj.jus.br

Comissão de Avaliação da categoria Empresas:

Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ; Paula Fabiani, Presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social – IDIS; José Fabrício Silva de Lima, Presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE); Manuela Parisi, representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Rimena Gláucia Dias de Araújo, representante do Ministério da Saúde; Suplente: Tatiane Nunes Pereira, Ministério da Saúde.

SUMÁRIO

JUSTIÇA COMEÇA NA INFÂNCIA	7
EMPRESAS	11
UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
Ateliê Cata-Ventos Espaço para Infância	
OS MEUS, OS SEUS, OS NOSSOS SENTIMENTOS	16
Pré-Escola Nossa Senhora Eireli	
HUMANIZAÇÃO E MANEJO DE DOR NA APLICAÇÃO DE VACINAS	19
APPLIK Clínica de Vacinação	



Justiça começa na infância

A proteção e a promoção dos direitos das crianças e adolescentes estão previstas no arcabouço jurídico brasileiro, desde normas constitucionais e acordos internacionais até legislações específicas que permitem a devida atenção à diversidade de contextos em que se encontram as diversas infâncias.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, estabelece, no art. 227 e seus parágrafos, direitos e garantias das crianças, dos adolescentes e dos jovens, assegurando-lhes prioridade absoluta na fruição desses direitos. São outros relevantes instrumentos à proteção integral das crianças e adolescentes o Estatuto

da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016), que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil em sua fase inicial, que compreende o período de zero a seis anos – conhecido como primeira infância.



As evidências científicas, nas mais variadas áreas, desde Biologia, Direito, Ciências Sociais, Medicina, Psicologia, Neurociências, até a pesquisa realizada pelo Prêmio Nobel em Economia James Heckman, apontam que a primeira infância é a fase mais oportuna para investimento e, por essa razão, oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento integral da criança nessa fase da vida é a política pública mais eficaz para a edificação de uma sociedade cada vez mais próspera e evoluída. Desde a gestação até os primeiros seis anos de vida é que se forma a estrutura da arquitetura cerebral subjacente ao desempenho das competências humanas que se relacionam ao exercício da cidadania, dos comportamentos de usufruto dos bens culturais, identidade cultural, educação ao consumo saudável, relação sustentável com o meio ambiente e prevenção da violência.

No entanto, as condições socioeconômicas e institucionais desfavoráveis a que se encontram submetidas milhões de crianças de até seis anos de idade no Brasil constituem fatores de vulnerabilidade e risco ao seu desenvolvimento integral e ao usufruto dos direitos previstos na legislação brasileira. Mudar esse cenário requer a articulação e o alinhamento das ações desenvolvidas por órgãos do Estado e pela sociedade civil.



Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contando com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, realiza o projeto “Justiça começa na Infância: Fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”. Para executar esse projeto, foi firmado, em 25 de junho de 2019, o Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma parceria entre o CNJ e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil.

O projeto tem o objetivo de fortalecer as instituições públicas voltadas à garantia dos direitos difusos e coletivos previstos na legislação brasileira e de promover a melhoria da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança, em especial, da primeira infância, e à prevenção da improbidade administrativa dos servidores públicos que têm o dever de aplicar essa legislação. Para tanto, o projeto contempla as seguintes ações:

- a) diagnosticar a situação da atenção à Primeira Infância no Sistema de Justiça, em 120 municípios brasileiros;
- b) realizar um seminário em cada uma das cinco regiões do país;
- c) ofertar 23.500 vagas de capacitação para operadores do direito e equipe técnica atuantes na atenção à Primeira Infância; e
- d) selecionar 12 boas práticas no âmbito da atenção à Primeira Infância e disseminar suas experiências.



Melhores práticas

Em julho de 2019, o CNJ publicou a Chamada Pública n. 001/2019 para seleção, premiação e disseminação de Boas Práticas implementadas por Empresas, Governo, Sistema de Justiça e Sociedade Civil Organizada. A seleção de Boas Práticas tem por objetivo conhecer experiências de sucesso que tenham apresentado resultados efetivos na garantia de direitos e atenção à primeira infância. É um *benchmarking* de práticas inovadoras, eficazes e passíveis de serem replicadas em outros órgãos ou instituições.



As inscrições foram recebidas entre 26 de agosto e 6 de setembro daquele ano. O CNJ habilitou as práticas inscritas que atenderam aos requisitos do edital (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/305b8a818b9b87ad8c4537fc875da95b.pdf>). Em seguida, elas foram avaliadas por uma comissão e classificadas de acordo com a nota obtida nos quesitos eficácia, eficiência, inovação, replicabilidade, custos e recursos de implementação, intersetorialidade e alcance social.

As três melhores práticas de cada categoria e as que foram agraciadas com Menção Honrosa serão disseminadas por meio desta cartilha e de eventos e fóruns de discussão promovidos pelo CNJ. Nas ações de disseminação, o responsável pela prática premiada atuará como tutor, prestando orientações sobre as metodologias, estratégias e os demais aspectos que possam contribuir para a replicação da prática por outros interessados.

Com o objetivo de fornecer elementos que possam inspirar a replicação dessas práticas, o papel do CNJ foi organizar e consolidar o material recebido pelos responsáveis de cada prática apresentada nesta cartilha. ●

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Sistema de Justiça	Categoria designada para órgãos e entidades que fazem parte do Sistema de Justiça, como os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da OAB, das esferas federal, estadual ou distrital.
Governo	Categoria designada para órgãos ou entidades do Poder Legislativo ou Poder Executivo, das esferas federal, estadual, distrital ou municipal, incluindo nesse rol as instituições públicas de ensino e as de segurança pública.
Empresas	Categoria designada para organizações empresariais, incluindo as instituições privadas de ensino.
Sociedade Civil Organizada	Categoria designada para organizações da sociedade civil, tais como organizações sociais, associações, fundações e outras entidades similares e sem fins lucrativos.



Empresas

A categoria Empresas avaliou projetos para a primeira infância desenvolvidos por organizações empresariais, incluindo as instituições privadas de ensino. Nesta categoria, foram recebidas sete inscrições, sendo quatro habilitadas, das quais sagraram vencedoras as seguintes práticas:

1º

INSTITUIÇÃO

Ateliê Cata-Ventos Espaço para Infância

PRÁTICA

Um projeto de educação participativa na educação infantil

2º

INSTITUIÇÃO

Pré-Escola Nossa Senhora Eireli

PRÁTICA

Os meus, os seus, os nossos sentimentos

3º

INSTITUIÇÃO

APPLIK Clínica de Vacinação

PRÁTICA

Humanização e manejo de dor na aplicação de vacinas

Um projeto de educação participativa na educação infantil

ATELIÊ CATA-VENTOS ESPAÇO PARA INFÂNCIA

O Ateliê Cata-ventos, criado em 2016, é fruto de experiências e reflexões sobre o que é próprio da criança e o rumo ao que queremos dar para a educação das crianças pequenas. É um espaço-tempo de educação onde é priorizada a liberdade do corpo e das ideias em um cotidiano que faça sentido. Ações comuns são naturalmente organizadoras, por isso não existem rotinas rígidas e impostas.

A unidade do ser humano é a própria diferença. Assim, o espaço deve acolher e desenvolver a humanidade. Como seres culturais e biológicos que somos, tudo é aprendido na relação com o outro. Nessa perspectiva, as famílias são convidadas a fazer parte do projeto em uma colaboração participativa. Colaborando e/ou participando do projeto, seja com a colaboração de tempo para a horta, os reparos na casa, seja com habilidades como a música, a argila, os esportes.

O espaço e as escolhas pedagógicas possibilitam o fortalecimento das relações e interações das crianças com as famílias na escola e fora dela, refletido nos depoimentos dos pais e das crianças Cata-ventos, possibilitando o desenvolvimento da iniciativa como projeto.

O projeto, assim, traz abordagens alternativas em que a participação e a presença das famílias na instituição colaborem para que as crianças sejam mais participativas e críticas ao serem inseridas em situações de pesquisa e experimentação. Refletir sobre o uso dos espaços e pensar em uma organização na qual cada parte tem um significado que mantém relação com o todo e dialoga com a construção da própria visão de mundo da criança. Ainda desmistifica o conceito de trabalho para as crianças pequenas, afinal os pais deixam as crianças durante longas horas no espaço para ir trabalhar.

De forma direta, o projeto alcança cerca de 200 pessoas, entre famílias e educadores. De forma indireta, impacta-se todo o entorno da escola, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro/RJ. Até o momento, foi possível constatar, por meio do projeto, a construção de vínculos de respeito e colaboração entre crianças de idades diferentes. A participação dos pais nas diversas áreas de atuação também teve impacto positivo, com as crianças se apropriando do processo de aprendizagem. A proposta de potencializar não só as crianças, como também as famílias, reorganiza a lógica na escola, saindo de uma relação mercadológica e consumista para uma relação harmoniosa e de parceria. Desse modo, o espaço e as escolhas pedagógicas possibilitaram o fortalecimento das relações e interações das crianças, refletido pelo aumento da procura pelo projeto nessa comunidade.



PÚBLICO-ALVO

- Crianças de 1 a 6 anos e profissionais da educação.



OBJETIVOS

- Demonstrar alternativas possíveis de participação/presença das famílias na escola.
- Refletir sobre o uso dos espaços e pensar em uma organização na qual cada um faça parte de um todo.
- Desmistificar o conceito de trabalho para as crianças pequenas.



METODOLOGIA

O projeto é uma reflexão sobre o desenvolvimento de crianças potentes durante a primeira infância, a importância do livre brincar e a integração entre a escola, a família e a comunidade por um desenvolvimento sustentável e integral. Ele propõe presença constante das famílias no espaço escolar, o que fortalece os vínculos da comunidade e expande os objetivos do grupo para além dos muros da escola.

As crianças aprendem e conhecem o mundo explorando-o e o ambiente deve promover a curiosidade, os relacionamentos e os encontros. A brincadeira é a expressão mais potente da criança e sua maneira de viver e conhecer o mundo. Para potencializar sua curiosidade e desenvolvimento, são utilizadas histórias, danças, tintas, tecidos, músicas, objetos do dia a dia, materiais não estruturados, brinquedos, brincadeiras, livros, passeios, sol, terra, água e ar livre, como alimentos para a imaginação e para o conhecimento.

Além disso, a convivência com colegas de idades diferentes faz parte do dia a dia, assim como a hora do sono livre, a livre escolha de materiais, a busca pelo interesse de cada um e decisões em grupo. As crianças compartilham os espaços do Ateliê criando suas próprias brincadeiras, escolhendo espontaneamente diferentes atividades individuais ou em grupo. Dessa forma, elas se integram e interagem movidas por interesses comuns, independentemente de sua faixa etária. Inexistem classes ou separações artificiais por idade.

Por isso, o projeto é composto por salas de propostas: sala do espelho (com materiais não estruturados



e onde acontecem as vivências de capoeira, contação de história, psicomotricidade e música, e onde elas encontram uma gama de materiais como sucatas, madeiras, carretéis, argolas etc.); o ateliê de artes, onde podem vivenciar as artes como argila, as tintas e a experimentação dos mais diferentes materiais; a sala de brinquedos estruturados, com brinquedos prontos onde podem vivenciar os mais diferentes jogos simbólicos; a sala de materiais não estruturados; a sala do sono, lugar reservado para a soneca a qualquer hora do dia; além, é claro, do quintal com tanque de areia, gramado, árvores e muito espaço para as brincadeiras.



A organização dos espaços e materiais colocados à disposição das crianças é aspecto relevante da concepção do projeto, pois cada elemento atua para determinar a qualidade da experiência oferecida às crianças e também aos adultos que compartilham essas experiências com elas.

A cozinha, por exemplo, que é um espaço geralmente negado às crianças nas escolas, é aberta e inteiramente conectada com a proposta pedagógica. Nesse espaço, também tem a participação dos pais na compra dos alimentos orgânicos e integrais e também na troca de receitas, com a finalidade de melhor aproveitamento dos alimentos e de maior absorção do organismo em suas combinações.

O projeto Cata-ventos propõe presença constante das famílias no espaço escolar, o que fortalece os vínculos da comunidade e expande os objetivos do grupo para além dos muros da escola.

A proposta é uma nova relação entre família, escola e sociedade sob as seguintes questões: Qual é a importância da relação família-escola no processo educacional? De que maneira a família interfere no processo de aprendizagem da criança? E como essa relação família-escola pode contribuir para o desenvolvimento da identidade dessa criança? Esses questionamentos fazem parte de um processo que busca encontrar soluções além de procedimentos que permitam favorecer o desenvolvimento da criança e mudar a vida da comunidade.

Para iniciar o trabalho, primeiro, é preciso fazer um convite individualizado a cada família, estar disponível para cada especificidade e então entender possíveis contribuições que cada família pode fazer. É preciso entender que ninguém pode dar o que não tem. A colaboração participativa deve estar inserida na realidade tanto das famílias como da escola. A escola também deve ser um espaço disponível todos os dias da semana. As ações podem ou não acontecer junto às crianças, afinal nem todos se sentem à vontade em meio aos pequenos. É necessário profundo respeito pelo outro.

Dessa maneira, se os pais têm uma participação efetiva na escola e comparecem quando solicitados, eles sabem das dificuldades e do dia a dia de seus filhos e ficam mais presentes e participativos junto às crianças. E essa foi a maior dificuldade inicial do projeto. Para vencer essa barreira, é necessário propor mudança de mentalidade dos profissionais, na medida em que a proposta é que os pais circulem no espaço escolar. Por isso, foram feitos encontros frequentes e grupos de estudos, para que a escola fosse entendida como espaço de todos em prol das crianças e da comunidade.

O registro diário percorre os territórios visitados pelas crianças em suas descobertas e, por isso, se trabalha com narrativas dos percursos feitos pelos pequenos. As relações se apresentam como parte do currículo. A estratégia requer habilidade de trabalhar as oportunidades e conexões que surgem, o que implica alto nível de comprometimento, de conhecimento e de desenvolvimento profissional por parte de todos os envolvidos no processo.

Depoimentos de pais colaboradores que demonstram os resultados alcançados:

- **Zoè Gruni**, artista plástica e mãe do Líbero, realiza vivência de Argila: “Neste espaço eu sou a mãe do Líbero, mas também a figura que, a cada segunda-feira, aparece para brincar de argila com todas as crianças. A proposta pedagógica de envolver os pais no processo de aprendizado me deixou encantada desde o começo. Foi um desafio que levou a um ótimo resultado: desenvolvimento pessoal e também profissional. Como artista plástica e professora de artes, já tinha trabalhado com crianças, mas essa experiência representou para mim grande oportunidade de crescimento em termos de conhecimento pedagógico. Mas a coisa mais preciosa foi o benefício na relação com meu filho. Trabalhando ao meu lado ele pôde entender, por meio da experiência direta, qual é minha profissão. Assim, aprendeu a respeitar e se colocar em relação à comunidade aceitando minha atenção ‘parcial’.”
- **Tatiana Vasconcelos**, pedagoga e mãe do Tom, realiza vivência de Atelierismo: “A vivência no ateliê como mãe e educadora possibilita o diálogo com a minha formação pessoal e profissional. Um lugar de aprendizagem, experiência estética, de repensar estratégias, de inovar, formar parcerias, um lugar de se reinventar. A consolidação do espaço ateliê, como espaço físico e como espaço de construções artísticas, vem acontecendo de forma que favorece o diálogo, a comunicação e a valorização das potencialidades dos



envolvidos, a partir dessa parceria escola e pais que acredito garantir a potência da escola como espaço democrático, inovador e acolhedor. Sinto enorme gratidão por somar nessa parceria.”

- **Roberto Albarus**, músico e pai da Inaiá, realiza vivência de música: “Nos dois anos e meio que venho fazendo a vivência musical, pude acompanhar o desenvolvimento das crianças por várias perspectivas. Ali também está envolvida a relação afetiva como vizinhos de bairro, amigos e a relação pai/filha. Isso tudo transforma a vivência em algo muito grandioso, onde o desenvolvimento se revela nos aprendizados, tanto meus, como pai e como “professor”, quanto deles, que aos poucos vão revelando que absorvem e transformam muito mais do que imaginamos daquilo que oferecemos naqueles momentos. Pequenas coisas que às vezes apresentamos, compõem com importância a construção da personalidade de cada um.” ●



FICHA TÉCNICA

- Identificação da Empresa: Ateliê Cata-ventos Espaço para a infância
- CNPJ: 31.405.071/0001-06
- Responsáveis pela implementação da prática: Rachel Pepe Reis e Mariana Flores.
- Equipe de implementação (Nome e cargo): Rachel Pepe Reis – Coordenadora pedagógica; Liliane Dias – Educadora; Mariana O. R. Flores – Educadora; Jeane Ribeiro – Educadora; Thais Teixeira – Educadora; Rosana Duarte – Educadora; e lasmin Guarino – Educadora.



QUER SABER MAIS?

- Rachel Pepe Reis
- ateliecataventos1@gmail.com

2º

Os meus, os seus, os nossos sentimentos

PRÉ-ESCOLA NOSSA SENHORA EIRELI

A prática trabalha os sentimentos por meio do projeto institucional da Pré-escola Nossa Senhora Eireli. O projeto realizado no bairro de Paraisópolis, em São Paulo/SP, fundamenta-se no campo “O eu, o outro e nós”, que tem como objetivo a construção da identidade e, também, da subjetividade da criança, assim como as experiências que relacionam o autoconhecimento e a promoção de interações positivas na vida social.

A inclusão de atividades, para o desenvolvimento de competência socioemocionais, nos currículos da educação básica, é uma demanda cada vez mais urgente.

A missão da escola atual não deve ser focada somente no desenvolvimento intelectual das crianças, mas também precisa se responsabilizar pelo seu desenvolvimento social e emocional, para que os direitos de fala e expressão sejam exercidos. Com atividades diversificadas e específicas, o projeto auxilia as crianças a identificarem seus sentimentos, nomeá-los e lidar com eles de forma positiva.

Os sentimentos e as emoções, como estados mentais, positivos ou negativos, conscientes ou inconscientes, também têm impacto relevante nas funções cognitivas e executivas da aprendizagem, assim como na formação do indivíduo, podendo transformar experiências, situações e desafios difíceis e complexos em algo agradável e interessante ou em algo enfadonho ou detestável.

O projeto atende diretamente 80 alunos, com idades que variam de zero a seis anos de idade. Toda equipe de professores e funcionários do colégio participa ativamente de todas as atividades propostas, que de forma indireta beneficiam familiares e amigos.



Elaborando com a turma uma tabela dos sentimentos.



PÚBLICO-ALVO

- Crianças de 0 a 6 anos de idade.



OBJETIVOS

- Estimular as crianças a reconhecerem suas emoções e das outras pessoas;
- Auxiliar na construção de algumas habilidades sociais como empatia, amizade e respeito; e
- Dar o direito de fala e expressão à criança.



METODOLOGIA

As crianças possuem dificuldade em identificar, nomear, explicar e compreender com clareza seus sentimentos. Isso se dá devido à maturação do sistema límbico, localizado no cérebro, que é responsável pelo controle das emoções. Para que as crianças possam compreender e verbalizar o que sentem, é preciso atividades lúdicas e significativas, nesse processo de identificação e verbalização dos sentimentos. Deve-se levar em conta, também, que essas estimulações aceleram a maturação do sistema límbico.

Nas últimas décadas, vem se consolidando na Educação Infantil a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) designa cinco campos de experiência a serem trabalhados na Educação Infantil. Eles apontam as experiências fundamentais necessárias para que a criança possa aprender e se desenvolver. Neles, são enfatizadas noções, atitudes e afetos a serem aflorados nos primeiros cinco anos de vida, buscando assegurar a aprendizagem:



Aula aberta de Yoga.

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

Esse projeto fundamenta-se, principalmente, no campo “O eu, o outro e o nós”, que tem como objetivo a construção da identidade e, também, da subjetividade da criança, assim como as experiências que relacionam o autoconhecimento e a promoção de interações positivas na vida social.

O convívio com outros permite à criança desenvolver suas formas de pensar, sentir e agir, levando-a a compreender outros modos de vida e pontos de vista.

A partir dessas experiências, as crianças vão aprendendo a perceber a si mesmas e aos outros. O objetivo é que elas se tornem aptas a valorizar a sua própria identidade e, ao mesmo tempo, a respeitar e reconhecer as diferenças dos outros.

Assim, ao longo do ano letivo, a partir de adequação de cada temática à faixa etária das crianças, é abordada junto às crianças a importância dos sentimentos em seu desenvolvimento, em sua formação, em seu convívio social e autoconhecimento, por meio de atividades como:

- rodas de conversa,
- yoga,
- *mindfulness*,
- meditação,
- filmes,
- construção de bonecos que representaram os seguintes sentimentos – alegria, medo, nojo, tristeza e raiva,
- dramatização,
- músicas, e
- jogos.

Todas as atividades contam com a participação dos pais, dentro e fora do espaço escolar.



Mascotes representando os sentimentos.

Com a implementação da prática, os alunos passam a identificar seus sentimentos, nomeando-os e administrando-os de forma positiva e enriquecedora para melhor convivência com o outro. É percebida, ainda, a importância de a família e a escola falarem a mesma língua, a fim de garantir a formação adequada às crianças. ●



FICHA TÉCNICA

- Identificação da Empresa: Pré-Escola Nossa Senhora Eireli
- CNPJ: 12.420.057/0001-29
- Responsável pela implementação da prática: Beatriz Stefani Fernando
- Equipe de implementação (Nome e cargo): Direção: Rosângela Hasegawa, Jurema Esteban e Liamara Montagner Salamani; Professores: Beatriz Stefani Fernando, Jamille Silva do Nascimento, Helena Emiliano Maciel, Michelle Pereira Moraes, Rita de Cássia Sousa de Lima, Amanda Pinheiro Mota, Mariana Tavares.



QUER SABER MAIS?

- Beatriz Stefani Fernando
- beatrizevolueef@gmail.com

3º

Humanização e manejo de dor na aplicação de vacinas

APPLIK CLÍNICA DE VACINAÇÃO

O processo de imunização do ser humano nos primeiros anos de vida pode ser experiência dolorosa e traumática, tanto para a criança quanto para seus pais. A dor física e a contenção durante o processo de aplicação podem gerar traumas psíquicos que duram uma vida toda.

Muitos são os motivos pelos quais os pais vêm mostrando desinteresse em imunizar seus filhos. Movimentos antivacinas, informações falsas, despreparo de profissionais aplicadores e baixa qualidade de vacinas aplicadas são alguns exemplos desses motivos. Como consequência, os índices de cobertura vacinal na rede pública a cada ano têm se mostrando menores.

Para enfrentar esse problema, o projeto promove acolhimento digno e particularizado da criança e de seus familiares. Não somente com prestação de informações claras, mas inclusive com uso de técnicas corretas de vacinação em um ambiente normatizado, desde a chegada até a saída do paciente.

O público beneficiado diretamente pela prática são principalmente crianças e seus pais e mães. Também são beneficiados diretamente os adultos e idosos em qualquer faixa etária, que necessitem de imunização em algum momento da vida.



PÚBLICO-ALVO

- Crianças de 0 a 6 anos e seus familiares.



OBJETIVOS

- Utilizar prática de humanização na rede de vacinação de nosso município, melhorando a relação interpessoal entre atendentes e público-alvo, desde a recepção até as orientações pós-vacinais, fazendo uso de protocolos em ambiente calmo, iluminado, atrativo, com desenhos, balões, brinquedos e brindes, utilizando técnicas de manejo de dor (dispositivo de vibração em alta frequência, dispositivo de dessensibilização tátil, cartões de distração, óculos de realidade virtual).



METODOLOGIA

A humanização no momento da vacinação se dá em diversos níveis de atenção, até mesmo no acolhimento que os pais e a criança recebem ao chegarem ao estabelecimento de saúde. O medo parece ser o sentimento mais evidente, levando a choro fácil, aumento do nível de atenção e taquicardia.

Durante a consulta de enfermagem, todas as dúvidas são tiradas e todos os procedimentos explicados. Pais e filhos só entram na sala de aplicação quando a enfermeira sentir que a mãe está segura e informada sobre reações vacinais esperadas para cada dose a ser aplicada. Esse tempo diminui o grau de ansiedade da criança que, nesse momento, já está de olho nos brinquedos e desenhos disponíveis no espaço. A sala decorada, colorida com motivos infantis, com brinquedos para várias idades, dá oportunidade aos pais e ao profissional de distrair o pequeno paciente nesse momento angustiante.

Enfermeiros e técnicos têm papel fundamental no empoderamento e tranquilização das crianças. Arrancar o primeiro sorriso deve ser o objetivo de cada um dos membros da equipe. E a pressa não faz parte desse momento. Cada criança tem seu tempo.

Em situações críticas, pais e profissionais juntos definem a hora de abordar a criança sobre o momento da



aplicação. Para crianças maiores, é dada a prerrogativa de conhecer os dispositivos e escolher se aceita ou não o artifício distrator. Aconselhamos que a criança fique sentada no colo de seus pais, onde se sente mais segura, porém nunca contida. A contenção só é realizada em último caso, geralmente a pedido da mãe. Estudos comprovam que o simples ato de vacinar a criança estando ela em contato pele a pele com a mãe, contribui para a redução da dor decorrente da vacinação. No caso das crianças que são amamentadas, estimulamos que a mãe o faça durante o procedimento. Esta intervenção foi até mesmo comparada com efeitos analgésicos e indica maior estabilidade fisiológica após a injeção.

Quanto à aplicação da agulha propriamente dita, a técnica em Z é uma prática fortemente aceita entre os profissionais que a conhecem. A técnica consiste em afastar com os dedos um pouco do tecido subcutâneo na região em que a vacina será aplicada, deixando mais exposto o tecido intramuscular, para que não haja risco de aplicação em via errada, reduzindo a dor, aumentando a eficácia da vacina e promovendo espécie de tampão para que o conteúdo da vacina não retorne.

A clínica também utiliza dispositivos como recursos opcionais para que o manejo da dor e a humanização sejam efetivos. O dispositivo de vibração em alta frequência, Sistema Buzzy, associado a bolsas de gel mantidas em baixas temperaturas, criam diferentes sensações e são capazes de distrair o cérebro ao serem colocados sobre a região logo acima do escolhido local da injeção da vacina, enviando estímulos diferentes ao doloroso proveniente da agulha. Por ter o formato estrutural de uma abelha ou de uma joaninha, o dispositivo ajuda na interação lúdica dos profissionais com o público infantil.

Outro dispositivo é o cartão de distração, um conjunto de cartões de plásticos compatíveis com faixas etárias, contendo desenhos e gravuras que servem de base para que a criança responda perguntas objetivas feitas pelo profissional aplicador ou pelos pais a respeito das figuras. A intenção é distrair, e está indicado para crianças a partir de dois anos. A distração durante a aplicação pode reduzir a dor em até 50%, segundo alguns estudos.

Já o dispositivo de dessensibilização tátil é indicado em sala de vacinas com a intenção de provocar estímulos próximos à região de aplicação da injeção para

distrair o sistema sensorial da pele do paciente. Por meio de minipontas rombas presentes em uma das faces do dispositivo, ao serem comprimidas contra a pele do paciente, ocorre a sensibilização pressórica de forma difusa dos nervos da região estimulada, diminuindo a ansiedade e a sensação de dor causada pela agulha ao ser injetada contra a pele.

Mantendo a linha de distração, os óculos de realidade virtual (VR) também é um recurso que pode ser utilizado. Minutos antes do ato vacinal, o dispositivo fica devidamente posicionado a frente dos olhos da criança para criar a ilusão de movimento no espaço virtual à medida que ele movimenta sua cabeça. A tecnologia coloca os pacientes em um “mundo virtual” e incentiva os usuários a interagirem com esse mundo, promovendo assim distração cerebral, com desenhos que ilustram a vacinação como algo mágico e lúdico, importante para sua proteção contra “os monstros”, nossos inimigos. O intuito é voltar a atenção da criança para algo em que a dor não seja o foco, e sim a alegria e o entretenimento.

Após aplicação da dose da vacina, é incentivada a recompensa pela coragem. A criança sabe que, após todo aquele procedimento, vai poder escolher um brinquedo ou uma guloseima na “Gaveta da Alegria”. Tal estratégia se apresenta como incentivo à criança para que, dessa forma, também se reduza a ansiedade e o estresse causado no momento pré e pós-vacinal.



A criança ainda pode sair da clínica com sua medalha de coragem ou certificado e exibir orgulhoso aos seus colegas e familiares o seu ato de bravura e sucesso. As lembranças de um procedimento indolor e da recompensa por sua coragem ficam guardados no cérebro das crianças. ●



FICHA TÉCNICA

- Identificação da Empresa: APPLIK Clínica de Vacinação
- CNPJ: 20.476.952/0001-93
- Responsável pela implementação da prática: Luiz Marcos Pinheiro Borges
- Equipe de implementação (Nome e cargo): Luiz Marcos Pinheiro Borges – médico pediatra / responsável técnico; Synnara Louíse de Almeida – enfermeira aplicadora / responsável técnica; Cheylla Ferreira Fontes Figueira – enfermeira aplicadora; e Marla Geovanna de Oliveira Almeida – recepcionista / secretária.



QUER SABER MAIS?

- Luiz Marcos Pinheiro Borges
- dr.luiz.pediatra@gmail.com

fdd Fundo de
Defesa de
**Direitos
Difusos**

Pacto Nacional pela
**Primeira
Infância**

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

www.cnj.jus.br/primeirainfancia